



PROGRAMA DE CONCURSO

AQ 01/2025

Acordo-Quadro para Serviços de Viagens

SECÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	3
Artigo 1.º - Objeto do concurso.....	3
Artigo 2.º - Entidade pública contratante	3
Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar.....	4
Artigo 4.º - Concorrentes	4
Artigo 5.º - Agrupamentos.....	4
Artigo 6.º - Idoneidade dos concorrentes.....	4
Artigo 7.º - Concorrência.....	5
Artigo 8.º - Consulta do processo de procedimento e condições de participação	5
Artigo 9.º - Pedidos de esclarecimento, retificações e alterações das peças procedimentais	5
SECÇÃO II – PROPOSTAS	5
Artigo 10.º - Modo de apresentação das propostas.....	5
Artigo 11.º - Assinatura eletrónica	6
Artigo 12.º - Documentos que constituem a proposta.....	6
Artigo 13.º - Prazo para apresentação das propostas	7
Artigo 14.º - Idioma dos documentos da proposta	7
Artigo 15.º - Prazo de obrigação de manutenção das propostas.....	8
Artigo 16.º - Apresentação de propostas variantes.....	8
Artigo 17.º - Despesa e encargos	8
SECÇÃO III - ADMISSÃO DOS CONCORRENTES E DAS PROPOSTAS	8
Artigo 18.º - Análise das propostas e admissão de concorrentes.....	8
Artigo 19.º - Esclarecimentos sobre as propostas	8
SECÇÃO IV - SELECÇÃO DOS CONCORRENTES	9
Artigo 20.º - Critérios de Adjudicação e Seleção	9
Artigo 21.º - Negociação.....	11
Artigo 22.º - Documentos de habilitação.....	11
SECÇÃO V - ACORDO-QUADRO	13
Artigo 23.º - Minuta do acordo-quadro.....	13
Artigo 24.º - Reclamações contra a minuta.....	13
Artigo 25.º - Celebração do acordo quadro	13
Artigo 26.º - Não outorga do contrato	13
SECÇÃO VI – CAUÇÃO.....	14
Artigo 27.º - Caução para garantir o cumprimento de obrigações	14

NOTA INTRODUTÓRIA

O presente concurso público é destinado à celebração de um acordo-quadro, nos termos do artigo 251.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, **não tem por fim, nesta fase, adquirir bens ou serviços.**

Pretende-se, assim, regular os contratos de Serviços de Viagens que venham a ser celebrados com entidades adquirentes ou agregadoras, de acordo com as regras previamente fixadas no presente acordo-quadro.

Não são, portanto, disponibilizados, nesta fase, os elementos referentes às quantidades, entre outras informações, não obstante de os mesmos deverem ser disponibilizados em fase de celebração de contratos de aquisição no âmbito do acordo-quadro a celebrar.

Nestes termos, os preços a apresentar no presente concurso público (anexo III) representam os valores máximos a praticar, assegurando os requisitos mínimos melhor identificados nas peças do procedimento.

SECÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º - Objeto do concurso

1. O presente procedimento segue a tramitação do concurso público, nos termos do disposto nos artigos 130.º a 154.º do Código dos Contratos Públicos (aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual), e é designado por “**AQ 01/2025 - Acordo-Quadro para Serviços de Viagens**” e considera-se contrato sem valor nos termos do n.º 9 do art.º 17.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O presente procedimento tem por objeto a seleção de cocontratantes de um acordo-quadro para a aquisição do Serviços de Viagens, em conformidade com as cláusulas técnicas descritas no caderno de encargos, na modalidade prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 252.º do Código dos Contratos Públicos.
3. As entidades adquirentes abrangidas pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (doravante abreviadamente designada por CC-CIMRC), são as identificadas no Anexo IV do programa de concurso.
4. Quaisquer outras entidades que venham a integrar a CC-CIMRC, após assinatura do Acordo Quadro resultante do presente procedimento, podem aderir ao mesmo, nos termos legalmente permitidos, e efetuar as suas aquisições nas condições estabelecidas no Acordo Quadro.
5. O acordo-quadro referido nos números anteriores, compreende, nos termos do artigo 46-A.º do Código dos Contratos Públicos, os seguintes lotes:
 - a) Lote 1 – Aquisição contínua para viagens e alojamento nacional;
 - b) Lote 2 – Aquisição contínua de viagens e alojamento internacional para pequenas comitivas;
 - c) Lote 3 – Aquisição de Viagens e alojamento internacional para médias ou grandes comitivas.
6. O acordo-quadro resultante do presente procedimento disciplinará as relações contratuais futuras a estabelecer entre os cocontratantes a CIMRC e as entidades adquirentes.

Artigo 2.º - Entidade pública contratante

A entidade pública contratante é a CIMRC, sita na Rua do Brasil, n.º 131, 3030-175 Coimbra, com o número de telefone (+351) 239 795 200 e com o endereço eletrónico: geral@cim-regiaodecoimbra.pt.

Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar, nos termos do n.º 2 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, foi tomada por despacho do Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Artigo 4.º - Concorrentes

Podem apresentar proposta no presente concurso as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no art.º 55º do CCP.

Artigo 5.º - Agrupamentos

1. Podem ser concorrentes, agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que, cumulativamente, respeitem as seguintes condições:
 - a) Os elementos que integrem o agrupamento respeitem o disposto no artigo anterior;
 - b) Os elementos que compõem o agrupamento declarem que, em caso de adjudicação, e antes da celebração do contrato, se associam na modalidade de consórcio externo de responsabilidade solidária, de acordo com os números seguintes.
2. A constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida aquando da apresentação da proposta, mas as empresas agrupadas ficam responsáveis solidariamente, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta e pelo pontual cumprimento das obrigações emergentes da mesma.
3. Cada entidade pode integrar apenas um agrupamento, não podendo nenhuma entidade, em simultâneo, integrar um agrupamento e participar individualmente no presente procedimento concursal.
4. Sempre que duas ou mais empresas concorrentes, no presente concurso público, tenham como sócios/acionistas ou gerentes/administradores a(s) mesma(s) pessoa(s), entende-se que, nos termos da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, alterada pela Lei n.º 23/2018, de 5 de junho, entre elas não pode haver concorrência, assim, caso pretendam apresentar proposta terão obrigatoriamente de se constituir como agrupamento concorrente, sob pena de todas essas empresas concorrentes serem excluídas do respetivo lote.
5. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea b) do n.º 1 deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

Artigo 6.º - Idoneidade dos concorrentes

1. Os concorrentes e, no caso de agrupamentos, cada uma das entidades que o compõem, têm de apresentar Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão de 5 de janeiro de 2016, na sua atual redação, sem prejuízo do disposto no artigo 12.º do presente programa de concurso.
2. A verificação de qualquer das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, relativamente a qualquer dos concorrentes, agrupamento ou membro de agrupamento concorrente acarreta a imediata exclusão da entidade ou do agrupamento, consoante o caso, mesmo que a irregularidade não se verifique em relação aos demais elementos que os integram.

Artigo 7.º - Concorrência

A prática de atos ou acordos suscetíveis de falsear as regras da concorrência é inadmissível e importará a exclusão da proposta, sofrendo ainda os infratores as demais consequências legais aplicáveis ao caso concreto.

Artigo 8.º - Consulta do processo de procedimento e condições de participação

1. O programa de concurso e o caderno de encargos encontram-se disponíveis na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela CIMRC (doravante designada apenas por plataforma eletrónica), no endereço eletrónico: <https://www.acingov.pt>, onde podem ser consultadas mediante inscrição na mesma.
2. O acesso ao procedimento e às peças do mesmo é gratuito e permite efetuar a consulta de todos os atos do procedimento que devam ser publicados, bem como a apresentação de propostas.

Artigo 9.º - Pedidos de esclarecimento, retificações e alterações das peças procedimentais

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do júri do procedimento, designado nos termos do n.º 1 do artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos e devidamente habilitados de acordo com o disposto no n.º 5 do mesmo artigo.
2. Os interessados podem apresentar, através da plataforma eletrónica, até ao primeiro terço do prazo fixado para apresentação de propostas, pedidos de esclarecimento e lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
3. Os esclarecimentos referidos nos números anteriores serão prestados pelo júri do procedimento, e disponibilizados na plataforma eletrónica, junto às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação de propostas.
4. A pronúncia relativamente à lista de erros e omissões, identificados pelos interessados, cabe ao órgão competente para a decisão de contratar, podendo este poder ser delegado, considerando-se rejeitados todos os que, até final do segundo terço fixado para apresentação de proposta, não sejam expressamente aceites.
5. Os esclarecimentos, as retificações e as alterações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
6. Quando as retificações ou os esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo previsto nos n.ºs 3 e 4 do presente artigo, o prazo fixado para apresentação de propostas deve ser prorrogado, nos termos dos n.ºs 1 ou 2 do artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos.
7. A decisão de prorrogação do prazo cabe ao órgão competente para a decisão de contratar, podendo este poder ser delegado, e deve ser junta às peças do procedimento e notificada a todos os interessados, publicando-se imediatamente o aviso daquela decisão.

SECÇÃO II – PROPOSTAS

Artigo 10.º - Modo de apresentação das propostas

1. A participação no concurso depende do prévio registo do concorrente na plataforma eletrónica.
2. Os concorrentes podem apresentar proposta para um ou mais lotes.
3. Os documentos que constituem a proposta, referidos no artigo 12.º do programa de concurso, devem ser apresentados na plataforma eletrónica e assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
4. Os documentos que constituem a proposta deverão ser autenticados através de assinatura eletrónica, nos termos dos artigos 54.º, 64.º e 68.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, na sua redação atual.

5. A assinatura de pastas zipadas ou compactadas não equivale à assinatura dos documentos nelas contidos, mantendo-se a exigência prevista no número anterior.
6. A proposta e os documentos que a acompanham serão preferencialmente enviados em formato PDF ou similar, com exceção do Anexo III que deverá ser preenchido também no formato Excel ou similar.
7. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção, que servirá de garantia da sua entrega.
8. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no n.º 3, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado, no rosto do qual se deve indicar a designação do procedimento e da entidade adjudicante, devendo ser entregue diretamente ou enviado por correio registado com aviso de receção à entidade adjudicante, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação das propostas, cuja receção deve ser registada por referência à respetiva data e hora.

Artigo 11.º - Assinatura eletrónica

1. Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica, incluindo os documentos que constituem a proposta, devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada
2. Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em: www.gns.gov.pt).
3. No caso de os documentos serem carregados na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante através de certificado de assinatura eletrónica qualificada em que não se possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, os Interessados devem proceder à junção de documento oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Artigo 12.º - Documentos que constituem a proposta

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (**DEUCP**), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão de 5 de janeiro de 2016, devendo o mesmo ser assinado e enviado junto aos documentos da candidatura, com a designação “DEUCP_[Designação do Concorrente]”;
 - b) Declaração contendo **todas as taxas de serviço** para emissão, alteração e cancelamento para cada um dos serviços solicitados nas especificações técnicas do Caderno de Encargos, elaborado de acordo com o **Anexo III** a este Programa de Procedimento, em formato **XLS e PDF** devidamente assinado, com a designação “Anexo_III_[Designação do Concorrente]”;
 - c) Documento que revele o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do previsto no n.º 3 do artigo 11.º do presente programa de concurso;
 - d) Cópia da certidão do registo comercial da sociedade ou código de acesso à “Certidão Permanente” da sociedade, a qual corresponde à disponibilização em suporte eletrónico (artigo 14.º da Portaria 1416-A/2006, de 19 de dezembro), no caso do concorrente ser uma pessoa coletiva, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou documento equivalente;
2. A proposta é constituída ainda, pelos seguintes documentos facultativos:

- a) Documentos estatísticos comprovativos do critério **Taxa de Resolução de Reclamações**, conforme estabelecido no artigo 20.º deste Programa de Concurso. Caso o concorrente não tenha recebido reclamações através de contacto direto com o Concorrente, Livro de Reclamações, Portal da Queixa, Centro de Arbitragem de Conflitos, Provedor do Cliente, ou qualquer outro meio, ser-lhe-á atribuída a pontuação máxima de 100 pontos, desde que, apresente uma Declaração de Compromisso de Honra.
 - b) Nos termos da Lei n.º 60/2018, de 21 de agosto, que aprova medidas de promoção da igualdade remuneratória entre mulheres e homens por trabalho igual ou de igual valor, e em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o concorrente compromete-se a assegurar a **Paridade Salarial entre Homens e Mulheres** para trabalho de igual valor ou no exercício da mesma função, mediante a apresentação de certificado e selo digital de igualdade salarial, atribuído pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE).
3. Os documentos a que se referem as alíneas anteriores deverão ser preenchidos na sua totalidade e apresentados através da plataforma eletrónica, sem efetuar quaisquer alterações à sua integridade, estrutura ou formato, devendo ser preenchidas apenas as “células” indicadas para preenchimento, não devendo ser acrescentados quaisquer elementos ou informações adicionais.
4. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, o DEUCP deve ser preenchido por cada membro que o integra.

Artigo 13.º - Prazo para apresentação das propostas

- 1. As propostas e os documentos que as constituem, deverão ser apresentadas na plataforma eletrónica, até ao 30.º dia a contar da data do envio do anúncio, relativo ao presente procedimento, para publicação em Diário da República.
- 2. As propostas e respetivos documentos consideram-se apresentados no momento da sua submissão.
- 3. De acordo com a Lei n.º 96/2016, de 17 de agosto, entende-se por submissão da proposta o momento em que se inicia a efetiva assinatura eletrónica da proposta.
- 4. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas (com assinatura eletrónica qualificada) e recebidas até à data referida no n.º 1 do presente artigo.
- 5. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os concorrentes que já as tenham apresentado podem livremente alterá-las ou retirá-las, bastando para tal proceder em conformidade com as instruções referidas nos manuais constantes da área de ajuda disponível na plataforma eletrónica e de acordo com o estabelecido no presente programa de concurso.

Artigo 14.º - Idioma dos documentos da proposta

- 1. Os documentos que integram a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
- 2. Caso os documentos que integram a proposta sejam redigidos em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
- 3. Excluem-se do disposto nos números anteriores a utilização de estrangeirismos importados para a língua portuguesa, bem como a utilização pontual de referências técnicas em língua inglesa que, atento as especificidades técnicas das prestações objeto do contrato, sejam vulgarmente utilizadas no mercado português, desde que, sejam perfeitamente perceptíveis para o júri.

Artigo 15.º - Prazo de obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 16.º - Apresentação de propostas variantes

1. Não é admissível a apresentação de propostas variantes.
2. São propostas variantes, nos termos do n.º 1 do artigo 59.º do Código dos Contratos Públicos, as propostas que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas.

Artigo 17.º - Despesa e encargos

Constitui encargo dos concorrentes as despesas inerentes à elaboração da proposta, incluindo estudos, testes ou outras atividades a ela conexas, ao imposto de selo e as despesas inerentes à celebração do contrato.

SECÇÃO III - ADMISSÃO DOS CONCORRENTES E DAS PROPOSTAS

Artigo 18.º - Análise das propostas e admissão de concorrentes

1. As propostas são analisadas em todos os seus atributos representados pelos fatores e subfactores que densifiquem o critério de adjudicação e termos e condições, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.
2. São excluídas as propostas relativamente às quais se verifique qualquer uma das hipóteses previstas no n.º 2 do artigo 70.º ou no n.º 2 do artigo 146.º, ambos do Código dos Contratos Públicos.
3. Serão excluídas as propostas que estabeleçam condições, por parte do concorrente, diferentes das apresentadas nas peças do procedimento, ou que imponham restrições, entre outras, quantidades mínimas de entrega, prazos de pagamento diferentes do legislado.
4. Serão excluídas as propostas que não apresentem preço a todos os serviços do lote ou lotes a que concorre.

Artigo 19.º - Esclarecimentos sobre as propostas

1. O júri pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos ou informação adicional sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto da alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.
3. Os esclarecimentos referidos no número anterior serão disponibilizados na plataforma eletrónica, bem como desse facto serão notificados todos os concorrentes.

SECÇÃO IV - SELECÇÃO DOS CONCORRENTES

Artigo 20.º - Critérios de Adjudicação e Seleção

1. Serão adjudicadas, por lote, as **5 (cinco) melhores propostas**, que cumpram cumulativamente os requisitos técnicos constantes do caderno de encargos e a fórmula Valor da Proposta.
2. O critério de adjudicação adotado será o da proposta economicamente mais vantajosa, determinada segundo a **modalidade multifator**, sendo aferida, para cada lote, de acordo com a seguinte fórmula:

$$VP = (30\% * VTSP) + (20\% * TRR) + (5\% * PSHM) + (45\% * CVA)$$

Sendo que:

VP = Valor da Proposta

VTSP = Valor da Taxa de Serviço Ponderado

TRR = Taxa de Resolução de Reclamações

PSHM = Paridade Salarial entre Homens e Mulheres

CVA = Manutenção da Cotação para Viagens e Alojamento

$$VTSP = (35\% * Pa) + (35\% * Ph) + (5\% * Pi) + (5\% * Pc) + (10\% * Pt) + (5\% * Pr) + (5\% * Ps)$$

Sendo que:

Pa = Média da taxa de serviço proposta para transporte aéreo

Ph = Média da taxa de serviço proposta para alojamento;

Pi = Média da taxa de serviço proposta para inscrição em evento;

Pc = Média da taxa de serviço proposta para transporte ferroviário;

Pt = Média da taxa de serviço proposta para transporte rodoviário;

Pr = Média da taxa de serviço proposta para aluguer automóvel;

Ps = Média da taxa de serviço proposta para outros serviços complementares.

TRR = Taxa de Resolução de Reclamações

Critério	Descrição	Pontuação
Tempo de Resolução	Tempo médio para resolver uma reclamação*	Até 10 dias (inclusive): 30 pontos Até 30 dias (inclusive): 15 pontos Mais de 30 dias: 0 pontos
Taxa de Sucesso	Reclamações resolvidas com sucesso*	Mais de 90%: 30 pontos De 60% a 90%: 15 pontos Menos de 60%: 0 pontos
Qualidade da Resolução	Satisfação dos reclamantes com a resolução*	Mais de 90%: 40 pontos De 60% a 90%: 20 pontos Menos de 60%: 0 pontos

* Para os documentos apresentados é obrigatório que sejam apresentados dados mensuráveis, sob pena da impossibilidade da análise objetiva dos dados.

PSHM = Paridade Salarial entre Homens e Mulheres

Critério PSHM	Pontuação
Apresentação de certificado e selo digital de igualdade salarial, atribuído pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE)	100 pontos
Não apresentação de certificado e selo digital de igualdade salarial, atribuído pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE)	0 pontos

CVA = (CVTA + CVTR + CSA)

CVTA = Número de horas de manutenção da **cotação para viagens em transportes aéreos** em território nacional e internacional, refere-se ao tempo que decorre desde a confirmação por parte do fornecedor do valor de cada serviço solicitado até à aceitação por parte da CIM-RC, durante a execução do contrato, com um mínimo de 24 horas, sendo pontuado da seguinte forma:

Proposta do Concorrente	Pontuação
Superior a 72 horas	30
Entre 49 a 72 horas	20
Entre 24 a 48 horas	10
Inferior a 24 horas	0

CVTR = Número de dias de manutenção da **cotação para viagens em transportes rodoviários e ferroviários** em território nacional e internacional, refere-se ao tempo que decorre desde a confirmação por parte do fornecedor do valor de cada serviço solicitado de viagens em transportes rodoviários e ferroviários em território nacional e internacional até à aceitação por parte da CIM-RC, durante a execução do contrato, com um mínimo de 2 dias, sendo pontuado da seguinte forma:

Proposta do Concorrente	Pontuação
Superior a 24 dias	35
Entre 13 a 24 dias	20
Entre 2 a 12 dias	10
Inferior a 2 dias	0

CSA = Número de horas de manutenção da **cotação para serviços de alojamento** em território nacional e internacional, refere-se ao tempo que decorre desde a confirmação por parte do fornecedor do valor de cada serviço solicitado de alojamento em território nacional e internacional, até à aceitação por parte da CIM-RC, durante a execução do contrato, com um mínimo de 24 horas, sendo pontuado da seguinte forma:

Proposta do Concorrente	Pontuação
Superior a 72 horas	35
Entre 49 a 72 horas	20
Entre 24 a 48 horas	10
Inferior a 24 horas	0

3. A avaliação das propostas dos concorrentes será efetuada de acordo com a fórmula de classificação exposta no número anterior e o ordenamento das mesmas será expresso por ordem crescente de valor.
4. Em caso de empate na ordenação das propostas:
 - a. Ficará em primeiro lugar a que tiver maior pontuação na avaliação TRR.
 - b. Caso o empate subsista, será selecionada a proposta que indicar maior pontuação na avaliação CVA.
 - c. Se ainda subsistir o empate, a proposta que apresentar maior pontuação na PSHM será a selecionada.
5. Se ainda se mantiver o empate, será realizado sorteio, por lote, nos seguintes termos:
 - a. O sorteio incidirá sobre a ordenação dos lugares onde ocorra empate, devendo os mesmos ser chamados na ordem ascendente, do 5.º para o 1.º.
 - b. Em data, hora e local a designar que será notificada aos graduados em primeiro lugar com o Relatório Final;
 - c. Do sorteio será lavrada uma ata, a qual será assinada pelos elementos do júri presentes e pelos concorrentes ou representantes legais;
 - d. Realizado o sorteio será elaborado novo Relatório Final com a ordenação final das propostas e a respetiva proposta de adjudicação, anexando-se ainda a ata do sorteio.

Artigo 21.º - Negociação

As propostas não serão objeto de negociação.

Artigo 22.º - Documentos de habilitação

1. Cada concorrente selecionado deve entregar, através da plataforma eletrónica, no **prazo de 5 (cinco)** dias a contar da notificação da adjudicação os seguintes documentos, nos termos do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos:
 - a) Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, conforme Anexo II;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra em nenhuma das situações de impedimento previstas no n.º 1 artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, designadamente os seguintes documentos:
 - i. **Certificado de registo criminal**, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência ou do prestador de serviços, quando aplicável, que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP;
 - ii. **Certificado de registo criminal da entidade adjudicatária**, se aplicável, destinado a

comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP;

- iii. **Situação regularizada** relativamente a contribuições para a **segurança social** em Portugal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - iv. Certidão comprovativa em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.
- c) Documento comprovativo de **Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE)** - Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto - ou o respetivo código de acesso.
 - d) Identificação da pessoa que servirá de **interlocutor** com a Entidade Adjudicante e respetivos contactos, designadamente nome completo, n.º de telefone e email.
 - e) Complementarmente, e para efeitos da celebração do contrato a escrito devem ainda ser dada informação sobre o(s) **outorgante(s) do contrato** com indicação do(s) nome(s) completo(s), número do cartão do cidadão e respetiva data de validade, e documento comprovativo dos poderes conferidos para a assinatura do contrato.
2. Quando os documentos a que se faz referência se encontrem disponíveis na Internet, os adjudicatários podem, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos delas constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
 3. Se algum dos adjudicatários for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos indicados no n.º 1 do presente artigo devem ser apresentados por todos os seus membros.
 4. Caso o Adjudicatário se veja impedido, por facto a si não imputável, de cumprir de forma perfeita e integral as obrigações impostas em sede de habilitação deve invocar e justificar, de forma imediata, o impedimento e, logo que o mesmo cesse, proceder à regularização que se imponha.
 5. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos dos números anteriores, será concedido um prazo adicional de 2 (dois) dias úteis destinado ao seu suprimento, conforme disposto no n.º 3 do artigo 86.º do CCP.
 6. Os documentos identificados nas alíneas a), d), e e) do n.º 1 do presente artigo devem ser assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
 7. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o Adjudicatário submeter na plataforma eletrónica um documento oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º, da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
 8. Podem ainda ser solicitados aos adjudicatários quaisquer documentos comprovativos das habilitações ou certidões legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhes prazo para o efeito.
 9. No que se refere aos documentos solicitados nas alíneas d) e e) do n.º 1 do presente artigo, é classificada como confidencial a informação relativa aos dados pessoais, nos termos da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro.
 10. A Central de Compras da CIMRC, enquanto responsável pela celebração do presente acordo-quadro disponibiliza um sistema eletrónico de apresentação e atualização de documentos de habilitação aos cocontratantes em: <http://centraldecompras.cim-regiaodecoimbra.pt/>, o qual permite a divulgação ou consulta do estado em que os mesmos se encontrem para as entidades que celebrem contratos ao abrigo daqueles acordos-quadro

11. Nos termos do disposto nos n.ºs 8 e 9 do artigo 257.º do Código dos Contratos Públicos, o sistema eletrónico previsto no número anterior é de uso obrigatório para os cocontratantes do acordo-quadro, podendo ser dispensada a habilitação dos adjudicatários sempre que se celebrem contratos ao abrigo dos mesmos.
12. A não atualização dos documentos de habilitação no portal da Central de Compras em <http://centraldecompras.cim-regiaodecoimbra.pt/>, determina a suspensão do acordo-quadro relativamente ao cocontratante em incumprimento.
13. No caso previsto no número anterior, o cocontratante que esteja em incumprimento, não poderá ser convidado pelas entidades adquirentes a apresentar proposta enquanto vigorar a suspensão do acordo-quadro.

SECÇÃO V - ACORDO-QUADRO

Artigo 23.º - Minuta do acordo-quadro

1. Com a notificação da adjudicação, a entidade adjudicante notifica os adjudicatários da minuta do contrato de acordo-quadro através da plataforma eletrónica, para aceitação.
2. A minuta considera-se aceite pelos concorrentes selecionados quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 24.º - Reclamações contra a minuta

1. São admissíveis reclamações contra a minuta quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que servem de base ao concurso, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 102.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Em caso de reclamação a CIMRC comunica ao reclamante, no prazo de 10 (dez) dias, o que houver decidido sobre a mesma, equivalendo o seu silêncio à rejeição da reclamação.
3. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte do contrato.
4. Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário são notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

Artigo 25.º - Celebração do acordo quadro

1. O contrato de acordo-quadro deve ser celebrado, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da aceitação da minuta ou, consoante o caso, do conhecimento sobre a decisão da reclamação contra aquela, sem prejuízo do previsto no n.º 1 do artigo 104.º do Código dos Contratos Públicos.
2. A CIMRC comunica aos concorrentes selecionados, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data, a hora e o local em que se celebra o acordo-quadro, podendo o mesmo ser assinado eletronicamente através de assinatura eletrónica qualificada do adjudicatário e da entidade adjudicante.
3. A CIMRC atribuirá uma referência de identificação ao Acordo Quadro.

Artigo 26.º - Não outorga do contrato

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixado para a outorga do contrato, ou não assinar eletronicamente no prazo fixado, bem como, no caso de o adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no n.º 4 do artigo 54.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Nos casos previstos no número anterior, o Conselho Intermunicipal da CIMRC deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

SECÇÃO VI – CAUÇÃO

Artigo 27.º - Caução para garantir o cumprimento de obrigações

1. Não haverá lugar a prestação de caução no âmbito da adjudicação para celebração de contrato de acordo-quadro.
2. No entanto, no âmbito dos procedimentos de aquisição pelas entidades adquirentes ao abrigo do acordo-quadro ("call-off"), haverá lugar à prestação de uma caução nos termos constantes do caderno de encargos e do artigo 254.º do Código dos Contratos Públicos à medida que as entidades adquirentes, abrangidas pela CC-CIMRC o requeiram.
3. Nos termos do número anterior o adjudicatário prestará caução relativamente a cada um dos lotes, no valor fixado pelas entidades adquirentes, em sede de convite, sendo no máximo 5% do preço contratual respetivo, sendo ainda aplicável o disposto nos artigos 90.º e 91.º do Código dos Contratos Públicos.
4. Para garantia do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais assumidas pela celebração dos subsequentes contratos de aquisição, o adjudicatário deverá prestar caução, sempre que o preço contratual daqueles contratos for superior a 500.000,00€ (quinhentos mil euros).

Lista de Anexos ao Programa de Procedimento

Anexo I – Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP);

Anexo II – Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos;

Anexo III – Proposta de Preços (Documento em formato Excel);

Anexo IV – Entidades adquirentes abrangidas pela Central de Compras da CIMRC;

O 1.º Secretário Executivo Intermunicipal

(Jorge Brito)

Anexo II – Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos;

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ... (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada ... (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO IV - Municípios que integram atualmente a Central de Compras e que ficam abrangidas pelo acordo-quadro:

- a) Município de Arganil;
- b) Município de Cantanhede;
- c) Município de Coimbra;
- d) Município de Condeixa-a-Nova;
- e) Município da Figueira da Foz;
- f) Município de Góis;
- g) Município da Lousã;
- h) Município da Mealhada;
- i) Município de Mira;
- j) Município de Miranda do Corvo;
- k) Município de Montemor-o-Velho;
- l) Município de Mortágua;
- m) Município de Oliveira do Hospital;
- n) Município de Pampilhosa da Serra;
- o) Município de Penacova;
- p) Município de Penela;
- q) Município de Soure;
- r) Município de Tábua;
- s) Município Vila Nova de Poiares.

Para além dos municípios associados, e da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, integram ainda, nesta data, a CC-CIMRC, ficando também abrangidas pelo acordo-quadro, as seguintes entidades:

- a) SMTUC - Serviços Municipalizados dos Transportes Urbanos de Coimbra;
- b) ARCIL - Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã;
- c) APPACDM de Coimbra - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Coimbra;
- d) Fundação FEFAL - Fundação para os Estudos e Formação nas Autarquias Locais;
- e) APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M, S.A.;
- f) AIRC - Associação de Informática da Região Centro;
- g) ABMG - Águas do Baixo Mondego e Gândara;
- h) ISMT- Instituto Superior Miguel Torga;
- i) ACRSS - Associação Cultural Recreativa e Social de Samuel;
- j) Centro Social Caeiro da Mata;
- k) Casa do Povo de Quiaios;
- l) Centro Social Sanctus Petrus – Gala;
- m) INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M., S.A;
- n) Centro Social da Cova e Gala – IPSS;
- o) Centro Sócio-Cultural Polivalente S. Martinho – IPSS;
- p) Fundação Aurélio Amaro Diniz;
- q) Associação Goltz de Carvalho – IPSS;
- r) Casa do Povo da Marinha das Ondas – IPSS;
- s) Cáritas Diocesana de Coimbra;
- t) IPN - Incubadora – Associação para o desenvolvimento de Atividades de Incubação de Ideias e Empresas;
- u) Instituto Pedro Nunes – Associação para a Inovação e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia;
- v) iParque – Parque para a Inovação em Ciência, Tecnologia e Saúde, Empresa Municipal, S.A.
- w) Turismo Centro Portugal